

O desejo de ser tutelado

Um grande problema de quem apóia, hoje, a causa dos direitos humanos é que *esse discurso corre forte risco de saturação*. Ele sofre a oposição de muita gente. Os argumentos contrários aos direitos humanos são péssimos: resumem-se a bradar que seriam direitos "de bandidos". Mas são bem difundidos e, eis o essencial, *têm audiência*. Ora, a questão na política é menos a de quem fala do que a de quem ouve, ou recebe, um discurso — e muitas vezes se opõem aos direitos humanos os seus beneficiários mais diretos, isto é, os mais pobres. Como, assim, *corremos o risco de só vencer os já convencidos*, devemos discutir *por que*, apesar de todo um avanço social, de que são exemplo os planos nacional e agora paulista de direitos humanos, ocorre essa resistência.

Penso que a resposta começa com a *Psicologia de Massa* do *Fascismo*, que Wilhelm Reich escreveu em 1933 para explicar a adesão popular a Hitler: por que, contra os próprios interesses, a maioria da classe operária alemã apoiou os nazistas? Reich, pioneiro na crítica a uma vertente que diríamos iluminista do pensamento de esquerda, explicou as coisas pelo desejo. Estava tão ancorada na tradição alemã a dependência do pai que o desejo das próprias vítimas do sistema somente poderia realizar-se pela irrestrita subordinação ao ditador. Contra esse apelo desinibido ao que há de pior no desejo humano, o discurso racional seria insuficiente. Os ideais do ilu-



Precisamos entender esse lastro afetivo antidemocrático de nossa sociedade

minismo continuam válidos, mas devemos reconhecer que seu instrumento — o diálogo com base na razão — nem sempre é eficaz para realizá-los.

Por isso, o combate pelos direitos humanos tem de se travar num plano mais fundo, em que a prioridade é o desejo, e não a pregação intelectual. Isso exige deslocar a ênfase dos direitos para o vivido, porém reelaborado pelo direito. Muitas ONGs já o fazem, mas insistimos nisto: uma ação pelo ser humano só terá êxito se entendermos o encaixe entre o desejo de ser tutelado, de receber certezas absolutas, e a política autoritária. Maria Lúcia Montes, antropóloga da USP, ficou impressionada, no fim dos anos 70, com a

descrença que as camadas populares tinham do direito humano (*Justiça, só a de Deus*). Trabalhos como os dela são preciosos para que um discurso de boas intenções não caia no vazio.

A psicanálise e a psicologia são também decisivas. Lembremo-nos de ter sabido da entrevista de um militante do MDB "autêntico", em 1978, em São Paulo. Muito falante quanto aos temas do programa do partido, dando-lhes conteúdo social, ele *passara batido* pelo item que lera como sendo a defesa de uma "anestesia ampla, geral e irrestrita" (em vez de *anistia*). Isso mostra bem o estranhamento entre um militante de base e a causa da anistia, que iria beneficiar, sobretudo, a classe média, que se radicalizara nos anos de chumbo e queria se reintegrar aos direitos que sempre desfrutara — e os pobres jamais tiveram. Esse é um bom exemplo do que a psicologia nos pode ensinar.

Estamos acostumados a um

discurso político de teor jurídico, iluminista, que vê a liberdade e a felicidade como ideais óbvios, desejados por todos. Ora, a questão é se o desejo de muitos não será exatamente o oposto, o da dependência de um chefe e da não-realização pessoal. É essa economia anti-iluminista do desejo que precisamos conhecer melhor.

O problema é que a psicologia e sobretudo a psicanálise tratam mais do indivíduo que do social. Hoje, porém, bom número de psicólogos busca formar um saber psicológico sobre a sociedade. Para não ficarmos encerrados no inconsciente individual será necessário estudar a tradição autoritária de uma sociedade marcada pela escravidão e pelo colonialismo, que sempre deixou em segundo plano o respeito ao outro, as liberdades, a democracia. Uma linha de pesquisa promissora consistiria em reexaminar nossa História, para nela apontar a construção de costumes voltados para a heteronomia e a opressão — a ponto de acabarem formando uma segunda pele em suas vítimas.

Uma tradição dessas não se rompe de imediato. Sua superação exige forte investimento na educação para a cidadania. Exige, no mundo acadêmico, não apenas novos estudos, mas estudos por um enfoque que ainda é pouco seguido: a ênfase na recepção popular dada ao autoritarismo. A questão é por que os discursos autoritários conseguem o assentimento das mesmas pessoas que eles fazem sofrer. Para realizarmos a democracia precisamos começar entendendo esse lastro afetivo antidemocrático de nossa sociedade.

